

FRISAJO AGROPECUÁRIA INDUSTRIAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Sócios da
FRISAJO AGRO PECUÁRIA INDUSTRIAL S.A.
São João do Itaperiú - SC

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **FRISAJO AGRO PECUÁRIA INDUSTRIAL S.A. – “Frisajo”**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Frisajo**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva Estoques

Conforme as notas explicativas 11 e 23, os estoques totais da Frisajo estão apresentados no balanço patrimonial por R\$ 10.915.352. A empresa não possui contabilidade de custos coordenada e integrada, sendo que desta maneira, o custo dos estoques de produtos acabados e de produtos em processo é mensurado pelos critérios fiscais, contrariando o que determina a NBC TG 16 - Estoques. Desta forma, não foi possível quantificar os possíveis efeitos desta distorção no resultado do exercício, demonstração dos fluxos de caixa, e, por conseguinte no patrimônio líquido.

Teste de recuperabilidade e revisão da vida útil do Imobilizado e Intangível

Conforme as notas explicativas 12, 13, 25 e 26, a **Frisajo** não procedeu com a revisão da vida útil e teste de recuperabilidade dos ativos integrantes do imobilizado e intangível, conforme determinam a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. Desta forma, não foi possível quantificar os possíveis efeitos desta distorção no resultado do exercício, demonstração dos fluxos de caixa, e, por conseguinte no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Frisajo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Frisajo** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Frisajo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Frisajo** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Frisajo**.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Frisajo**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Frisajo** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

FRISAJO AGRO PECUÁRIA INDUSTRIAL S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
Valores expressos em Reais

ATIVO	Notas	2025	Reapresentado 2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	21	53.059.806	76.729.202
Contas a receber de clientes	22	88.557.085	80.799.742
Estoques	23	10.915.352	8.006.720
Tributos a recuperar	24.1	29.307.107	24.927.503
Outros créditos	22	230.149	228.102
Adiantamentos	22	1.332.403	2.252.439
Despesas do exercício seguinte		1.169.753	983.219
Total do Ativo Circulante		184.571.656	193.926.927
NÃO CIRCULANTE			
Tributos a recuperar	24.1	1.306.634	2.520.235
Depósitos judiciais	24.2	15.599.780	-
Partes relacionadas		-	513.071
Tributos diferidos		235.930	114.088
Total do Realizável a Longo Prazo		17.142.344	3.147.394
Investimentos		797.026	331.138
Imobilizado	25	82.405.335	69.342.012
Ativo de Direito de Uso - Arrendamento	25.3	13.140.495	4.257.930
Intangível	26	179.411	298.293
Total do Ativo Não Circulante		113.664.611	77.376.767
TOTAL DO ATIVO		298.236.267	271.303.694

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
Valores expressos em Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2025	Reapresentado 2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	27	24.574.509	28.554.375
Empréstimos e financiamentos	28	2.896.104	2.928.805
Arrendamento mercantil	28.1	8.300.648	1.722.556
Obrigações sociais	29	3.820.909	2.975.400
Provisão de férias	30	4.421.442	3.933.544
Obrigações tributárias	31	42.517.707	17.658.490
Adiantamentos de clientes	27	182.694	42.806
Outras obrigações	32	2.371.583	1.051.416
Provisão para contingências	34	3.128.947	3.128.947
Lucros a distribuir	27	367	2.368.071
Obrigações com sócios	27	600.480	600.480
Total do Passivo Circulante		92.815.390	64.964.890
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	28	3.683.167	6.579.271
Arrendamento mercantil	28.1	5.533.761	2.870.927
Obrigações com sócios	27	8.228.992	8.829.473
Obrigações tributárias	31	2.567.904	3.168.169
Outras obrigações	32	2.149.657	2.340.940
Total do Passivo Não Circulante		22.163.480	23.788.780
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	35	153.764.781	153.764.781
Reserva legal		1.471.969	-
Reserva de incentivos fiscais		-	43.557.359
Reservas de lucros		28.020.647	(14.772.116)
Total do Patrimônio Líquido		183.257.397	182.550.024
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		298.236.267	271.303.694

FRISAJO AGRO PECUÁRIA INDUSTRIAL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
Valores expressos em Reais

	Notas	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA TOTAL	36	889.947.620	712.180.743
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(783.372.355)	(618.721.689)
LUCRO BRUTO		106.575.265	93.459.054
RECEITAS (DESPESAS)			
Com vendas		(19.740.887)	(16.172.958)
Gerais e administrativas		(39.570.587)	(28.886.156)
Outras receitas (despesas)	38	(1.555.256)	(6.269.619)
		(60.866.730)	(51.328.733)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		45.708.535	42.130.321
Despesas financeiras		(5.229.344)	(3.345.358)
Juros sobre o capital próprio (JSCP)		(3.369.871)	(1.535.836)
Receitas financeiras		11.337.892	9.275.344
Resultado financeiro líquido	37	2.738.677	4.394.150
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		48.447.211	46.524.471
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		121.842	114.088
Imposto de renda e contribuição social - correntes XXXX	33	(19.129.682)	(719.447)
RESULTADO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		29.439.372	45.919.112
Reversão dos juros sobre o capital próprio (JSCP) XXXXXX		3.369.871	1.535.836
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		32.809.243	47.454.948
LUCRO POR QUOTA DE CAPITAL		0,21	0,31

FRISAJO AGRO PECUÁRIA INDUSTRIAL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
Valores expressos em Reais

	Notas	2025	Reapresentado 2024
Lucro Líquido do Período, após reversão dos JSCP		32.809.243	47.454.948
Ajuste de exercícios anteriores	35.1		(14.772.116)
Resultado Abrangente do Período		32.809.243	32.682.832

Circulação de 1.500
jornais semanais em Balneário
Piçarras, Penha, Barra Velha,
São João do Itaperiú e Luiz Alves.

Registro em Cartório
N03, fls. 03 Livro B-1
Registro na Junta - 42202525842



Fundado em 15 de
dezembro de 1989

:: Diretor Geral
Ralf Wolfgang Biegling
(*1957 +2022)
:: Diretora Financeira
Miriam Biegling

Felipe Franco, jornalista responsável (03480 JPSC MTB)

O Jornal do Comércio não se responsabiliza por artigos assinados. Eles são de inteira responsabilidade de seus autores.

Rua 1.600, 1.081 - Baln. Piçarras 47 3345.0794



FRISAJO AGRO PECUÁRIA INDUSTRIAL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Valores expressos em Reais

Notas	Capital Social Subscrito	Reservas de capital	Reserva de lucros			Lucros Acumulados	Total
			Lucros a disposição dos sócios	Reserva de incentivos fiscais	Reserva Legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.153.887	13.358.668	17.811.887	112.809.562	1.630.777	-	153.764.781
Resultado do exercício						47.454.948	47.454.948
Aumento do capital social	145.610.894	(13.358.668)	(17.811.887)	(112.809.562)	(1.630.777)	-	-
Juros sobre o capital próprio						(1.535.836)	(1.535.836)
Distribuição de lucros						(2.361.753)	(2.361.753)
Constituição da reserva de incentivos fiscais				43.557.359		(43.557.359)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	153.764.781	-	-	43.557.359	-	-	197.322.140
Ajuste de exercício anterior	35.1					(14.772.116)	(14.772.116)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	153.764.781	-	-	43.557.359	-	(14.772.116)	182.550.024
Resultado do exercício						32.809.243	32.809.243
Juros sobre o capital próprio						(3.369.871)	(3.369.871)
Distribuição de lucros			(28.732.000)			-	(28.732.000)
Destinações:						-	-
Transferência para Reservas de Lucros			28.122.403			(28.122.403)	-
Transferência para Reserva Legal					1.471.969	(1.471.969)	-
Ajustes:						-	-
Ajuste de lançamento ref constituição de reserva de lucros				43.557.359	(43.557.359)	-	-
Compensação de saldo ref estorno de exercícios anteriores				(14.927.116)		14.927.116	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	153.764.781	-	28.020.647	-	1.471.969	-	183.257.397

FRISAJO AGRO PECUÁRIA INDUSTRIAL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
Valores expressos em Reais

Natureza das operações	Notas	2025	Reapresentado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		32.809.243	47.454.948
Ajustado por itens que não afetam o caixa:			
Ajuste de exercício anterior	35.1	-	(14.772.116)
IRPJ/CSLL Diferidos		(121.842)	(114.088)
Despesas de juros		2.356.042	1.324.452
Depreciações e amortizações		11.018.928	5.082.566
Sub-total		46.062.370	38.975.762
(Aumento) ou Diminuição de ativos			
Contas a receber de clientes		(7.757.343)	(16.594.690)
Estoques		(2.908.632)	(2.586.249)
Tributos a recuperar (circulante e não circulante)		(3.166.003)	(1.137.743)
Depósitos judiciais		(15.599.780)	-
Despesas de exercício seguinte		(186.534)	(247.294)
Adiantamentos		920.036	250.623
Outros créditos e partes relacionadas (circulante e não circulante)		511.024	(292.043)
(Aumento) ou diminuição do ativo		(28.187.232)	(20.607.396)
Aumento ou (Diminuição) de passivos			
Fornecedores		(3.979.866)	(3.214.398)
Obrigações sociais		845.509	126.960
Provisão de férias e 13º salário		487.898	537.254
Obrigações tributárias		24.258.953	16.749.459
Adiantamento de clientes		139.888	(19.993)
Outras obrigações (circulante e não circulante)		1.128.883	573.278
		22.881.265	14.752.560
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		40.756.403	33.120.926
Aquisições de ativo imobilizado		(18.291.144)	(25.271.402)
Aquisições de ativo intangível		(14.710.106)	(49.712)
Baixa de imobilizado		155.316	1.006
Investimentos		(465.888)	(245.396)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos		(33.311.822)	(25.565.504)
Pagamento juros sobre o capital próprio		(3.369.871)	(1.535.836)
Distribuição de lucros pagas		(31.099.704)	(1.108.167)
Outras obrigações com sócios (circulante e não circulante)		(600.481)	(600.479)
Empréstimos e financiamentos - novos		-	7.032.000
Empréstimos e financiamentos - pagamentos		(4.026.163)	(2.387.776)
Arrendamento - reajuste		14.671.004	-
Arrendamento - pagamentos		(6.688.762)	(1.796.121)
Caixa líquido (usado) nas atividades de financiamentos		(31.113.977)	(396.379)
		(23.669.396)	7.159.043
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		76.729.202	69.570.159
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		53.059.806	76.729.202

FRISAJO AGROPECUÁRIA INDUSTRIAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em reais

1 Informações gerais

A FRISAJO Agro Pecuária Industrial S.A. (sociedade anônima), está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 83.796.763/0001-18, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42300066346. Está sediada na cidade de São João do Itaperiú (SC), Rodovia SC 415, nº 3400, Km 75.487, lado direito, Centro, CEP 88.395-000. A Empresa utiliza como título do estabelecimento “Frigorífico São João” e iniciou suas atividades em 1º de dezembro de 1974.

A FRISAJO Agro Pecuária Industrial S.A., fundada em 1974, também conhecida como Frigorífico São João, atua no segmento agroindustrial e tem por objeto: Frigorífico - abate de bovinos e preparação de carne e subprodutos, abate de suínos e preparação de carne e subprodutos, criação de bovinos para corte, criação de bovinos para leite, criação de peixes em água doce, extração de madeiras em florestas plantadas, comércio atacadista de carnes bovinas, suínas e derivados, comércio varejista de carnes – açougue, importação e exportação, transporte rodoviário de cargas em geral, intermunicipal, interestadual e internacional, holding – participação direta ou indireta, no capital social de outras entidades e atividades de cursos e treinamentos..

O Frigorífico São João está registrado no S.I.E CIDASC sob o número 041 desde 09 de Dezembro de 2001. Foi o 1º frigorífico do Brasil a receber a certificação da Associação Brasileira de Criadores de Devon, em abril de 2017. Sendo o 9º frigorífico brasileiro a receber credencial para abate da Carne Certificada Angus, o 1º fora do Rio Grande do Sul certificado pela Associação Brasileira de Hereford e Braford. Também criou a marca BLACK 1950, que tem como foco a seleção das melhores

carcaças abatidas no frigorífico, com valorização da precocidade, do terminamento de gordura e principalmente do marmoreio obtido nestas carcaças, este programa é custeado pelo Frigorífico São João.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de março de 2026.

3 Resumo das principais práticas

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

4 Novas normas, revisões e interpretações emitidas vigentes e ainda não vigentes

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

5 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade normal dos negócios e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6 Estimativas e julgamentos críticos

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- Impairment dos ativos imobilizados.

No entendimento da administração da Empresa, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

7 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Empresa. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante

de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

9 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A Empresa mensura ativos financeiros básicos e passivos financeiros básicos ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável. São contabilizados os instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar. O reconhecimento inicial se dá quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro.

Mensuração inicial

Quando um ativo ou um passivo financeiro é reconhecido, a Empresa avalia pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado), a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constitui uma transação financeira, a Empresa avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante.

Mensuração subsequente

Ao final de cada exercício de divulgação, a Empresa avalia os instrumentos de dívida com base no custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os instrumentos de dívida que são classificados como ativos ou passivos circulantes são avaliados com base no valor não descontado de caixa ou outra consideração que se espera deve ser paga ou recebida (ou seja, líquido de reduções ao valor recuperável. Compromissos de receber empréstimo são avaliados com base no custo (que às vezes é nulo) menos reduções ao valor recuperável.

Desreconhecimento (baixa) de ativo financeiro

A Empresa desreconhece (baixa) um ativo financeiro apenas quando: (i) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; ou (ii) a Empresa transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; ou (iii) a Empresa, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência. Nesse caso, a Empresa deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente quaisquer direitos e obrigações retidos ou criados na transferência. O valor contábil do ativo transferido é alocado entre os direitos ou as obrigações retidas e aqueles transferidos, com base em seu valor justo relativo na data da transferência. Direitos e obrigações recém criados são avaliados com base em seus valores justos naquela data. Qualquer diferença entre a contraprestação recebida e o valor reconhecido e desreconhecido segundo este item é reconhecida como resultado no período da transferência. A Empresa não possui instrumentos de hedge ou derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

Impairment de instrumentos financeiros

A Empresa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

10 Contas a receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado, conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior. Os valores vindencios estão ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes ativos, e os valores vencidos deduzidos por provisão para perdas conhecidas ou estimadas e consideradas suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas futuras com contas incobráveis.

11 Estoques

Os estoques estão registrados com base no critério fiscal de 70% do maior preço de venda no período de apuração para os produtos acabados.

12 Imobilizado

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos não foram revisados no exercício de 2025. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

12.1. Arrendamento

A Empresa reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido e bruto do PIS e COFINS. A Empresa não considerou, para fins de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, os pagamentos de aluguéis variáveis decorrentes do faturamento, serviços e impostos, sendo esses registrados como despesa no resultado do exercício ao longo do prazo de arrendamento.

Empresa como arrendatária

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se for provável que a titularidade do ativo arrendado seja transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamen-

tos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

13. Intangível

Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil, que foi estimada em cinco anos, pelo método de linha reta.

14. Outras contas a receber (Circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

16. Provisões

A Empresa adotou os conceitos estabelecidos na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução CFC Nº. 1.180/09 na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A provisão para contingências é constituída com amparo em pareceres de assessores jurídicos em montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o Lucro Tributável e Adicional de 10% para imposto de renda, e de 9% para contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram apurados de acordo com as disposições da Resolução CFC 994/04 que aprovou a NBC T 19.2 – Tributos sobre lucros. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

18. Reconhecimento da receita

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando:

(i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

(ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e

(iii) foram transferidos ao comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos produtos.

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

19.1. Fatores de risco

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado;

Risco de taxa de juros; Risco de exposição cambial.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Empresa, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

A gestão de risco de crédito da Empresa em relação a clientes adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, além do acompanhamento permanente da carteira em aberto.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros ou, ainda, nos preços dos serviços comercializados pela Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras contratadas sofrem valorização com base na variação do CDI, sendo os encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas pelo mercado.

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado		
		Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes	-	7.333.239	7.333.239
Aplicações financeiras	45.726.567	-	45.726.567
Contas a receber	-	88.557.085	88.557.085
Total	45.726.567	95.890.324	141.616.891

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado		
		Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes	-	4.018.773	4.018.773
Aplicações financeiras	72.710.429	-	72.710.429
Contas a receber	-	80.799.742	80.799.742
Total	72.710.429	84.818.515	157.528.944

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 conforme balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	
		Total
Fornecedores	24.574.509	24.574.509
Empréstimos	6.579.271	6.579.271
Total	31.153.780	31.153.780

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 conforme balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	
		Total
Fornecedores	28.554.375	28.554.375
Empréstimos	9.508.076	9.508.076
Total	38.062.451	38.062.451

21. Caixa e equivalente de caixas

	2025	2024
Caixa	4.255.790	247.386
Bancos Conta Movimento	3.077.449	3.771.387
Aplicações de Liquidez Imediata	45.726.567	72.710.429
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	53.059.806	76.729.202

22. Contas a receber de clientes e demais contas a receber

	2025	2024
Contas a Receber de Clientes	88.904.254	81.124.652
Impairment (Provisão para Perdas)	(347.169)	(324.910)
Contas a Receber de Clientes	88.557.085	80.799.742
Adiantamentos	1.332.403	2.252.439
Outros Créditos	230.149	228.102
Parcela Circulante	1.562.552	2.480.541
Total a Receber de Clientes	88.557.085	80.799.742
Total das Demais Contas a Receber	1.562.552	2.480.541
Total Geral	90.119.637	83.280.283

23. Estoques

	2025	2024
Mercadorias		
Carnes	9.667.037	7.109.177
Miúdos Bovinos	14.746	13.680
Outros estoques		
Embalagens	1.064.600	744.220
Produtos Químicos	162.477	134.947
Outros materiais	6.492	4.696
Total dos Estoques	10.915.352	8.006.720

24. Impostos a recuperar

24.1 Tributos a recuperar

	2025	2024
ICMS	27.935.675	22.409.698
PIS	50.196	50.196
ICMS sobre ativo imobilizado	1.371.432	1.448.769
Saldo negativo IRPJ		1.018.825
Outros		15
Parcela Circulante	29.307.107	24.927.503
ICMS sobre ativo imobilizado	1.306.634	2.520.235
Parcela Não-Circulante	1.306.634	2.520.235
Total de Impostos a Recuperar	30.613.741	27.447.738

24.2 Depósitos judiciais

Existem depósitos judiciais, os quais se referem a valores depositados em juízo no âmbito de discussões judiciais em curso.

Tais depósitos têm por finalidade garantir o juízo em demandas de natureza tributária, correspondendo à parcela controvertida das obrigações discutidas, especialmente no que se refere à incidência de tributos sobre incentivos fiscais de crédito presumido de ICMS.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da conta de depósitos judiciais refere-se aos seguintes processos:

- Processo nº 5003634-55.2024.4.04.7201 – discussão acerca da incidência de PIS e COFINS sobre os valores relativos a incentivos fiscais de crédito presumido de ICMS;
- Processo nº 5020163-18.2025.4.04.7201 – discussão acerca da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos a incentivos fiscais de crédito presumido de ICMS.

Os valores depositados permanecem vinculados aos respectivos processos até decisão judicial definitiva, sendo atualizados conforme os critérios legais aplicáveis. Em caso de êxito da Empresa, os montantes serão levantados; em caso de decisão desfavorável, poderão ser convertidos em pagamento definitivo da obrigação.

25. Imobilizado

25.1 Demonstrativo de custo de aquisição, depreciação acumulada e valor líquido

	2025		2024	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	7.696.889		7.696.889	7.696.889
Edificações	722.336	(178.885)	543.451	572.369
Máquinas e Equipamentos	11.389.163	(7.434.360)	3.954.803	3.295.190
Veículos	25.112.225	(15.781.192)	9.331.033	13.304.840
Móveis Utensílios & Instalações	544.623	(399.434)	145.189	159.149
Equipamentos de informática	952.772	(561.857)	390.915	292.523
Imob. em andamento - Edificações e veículos	58.057.600	-	58.057.600	44.021.052
Benefitorias em imóveis terceiros	2.335.165	(49.710)	2.285.455	-
Total	106.810.773	(24.405.438)	82.405.335	69.342.012

25.2 Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2024					31/12/2025						
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo Final
Terrenos	7.696.889					7.696.889	7.696.889					7.696.889
Edificações	722.369		(28.919)			543.451	543.451					572.369
Máquinas e Equipamentos	3.295.190	1.498.035	(838.106)	(316)		3.954.803	3.954.803					3.295.190
Veículos	13.304.840	236.980	(4.055.788)	(155.000)		9.331.033	9.331.033					13.304.840
Móveis Utensílios & Instalações	159.149	18.410	(32.369)			145.189	145.189					159.149
Equipamentos de informática	292.523	199.517	(101.125)			390.915	390.915					292.523
Imob. em andamento	44.021.052	16.338.202			(2.301.654)	58.057.600	58.057.600					44.021.052
Benefitorias em imóveis terceiros			(49.710)		2.335.166	2.285.456						
Total	69.342.012	18.291.144	(5.106.017)	(155.316)	33.512	82.405.335	82.405.335					82.405.335

25.3. Ativo direito de uso – Arrendamento

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada

pelo método linear, de acordo com o prazo dos contratos.

a) Demonstrativo de custo de aquisição, amortização acumulada e valor líquido

	2025		
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido
Bens em direito uso	20.525.659	(7.385.164)	13.140.195
Total	20.525.659	(7.385.164)	13.140.195

b) Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025:

	Saldo Inicial 31/12/2024		Saldo Final 31/12/2025	
	Adições	Amortização	Adições	Amortização
Bens em direito uso	4.257.931	14.671.004	(5.788.440)	13.140.195
Total	4.257.931	14.671.004	(5.788.440)	13.140.195

26 Intangível

26.1 Demonstrativo de custo de aquisição, depreciação acumulada e valor líquido

	Saldo Inicial 31/12/2024		Saldo Final 31/12/2025	
	Adições	Amortização	Adições	Amortização
Bens em direito uso	4.257.931	14.671.004	(5.788.440)	13.140.195
Total	4.257.931	14.671.004	(5.788.440)	13.140.195

26.2 Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Saldo em 31.12.24	Adições	Baixas Líquidas	Transferências	Amortização	Saldo em 31.12.25
Marcas e patentes	86.397			(33.512)		52.885
Softwares	69.475	39.101			(25.095)	83.481
Permissões e concessões	142.420				(99.375)	43.046
Total	298.293	39.101		(33.512)	(124.470)	179.411

27 Fornecedores e outras obrigações

	2025	2024
Contas a Pagar a Fornecedores	24.574.509	28.554.375
Contas a Pagar a Fornecedores	24.574.509	28.554.375
Adiantamentos de Clientes	182.694	42.806
Lucros Creditados e Não pagos	367	2.368.071
Contas a pagar a Sócios (a)	600.480	600.480
Total Geral	783.541	3.011.357
Contas a Pagar a Sócios (a)	8.228.992	8.829.473
Parcela Não-Circulante	8.228.992	8.829.473
Total a Pagar a Fornecedores	24.574.509	28.554.375
Total de Outras Contas a Pagar	783.541	3.011.357
Total Geral	25.358.050	31.565.732

a) No dia 23/06/2023 houve a formalização do acordo de partilha dos bens do espólio da ERNA KOHLER ESPINDOLA, sendo 1.847.113 Quotas Sociais da Sociedade FRISAJO Agro Pecuária Industrial S.A, que será partilhado e pago conforme previsto na Cláusula quadragésima primeira do contrato social, da seguinte forma: O valor de R\$ 11.484.366,57 (onze milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil e trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) será reembolsado em 120 parcelas iguais e mensais, sendo acrescido a cada parcela o percentual de 0,5% por cento de juros simples e correção do IGP-M do mês, sobre cada parcela. O saldo em aberto na data base de 31/12/2025, é de R\$ 8.228.992.

28 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos Anuais	2025	2024
CIRCULANTE		2.896.104	2.928.805
CDC – Veículos	De 3,46% a.a. até 12,18%	3.404.235	3.749.600
(-) Encargos a apropriar		(508.131)	(820.795)
NÃO CIRCULANTE		3.683.167	6.579.271
CDC – Veículos	De 3,46% a.a. até 12,18%	3.952.246	7.356.480
(-) Encargos a apropriar		(269.079)	(777.209)
TOTAL		6.579.271	9.508.076

28.1 Arrendamento mercantil

	Saldo anterior 31/12/2024	Adoções	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Transferências não circulante	Saldo atual 31/12/2025
Bens direito de uso (Imóveis)	1.722.556	6.287.573	(6.688.762)	1.258.683	5.720.598	8.300.648
Total	1.722.556	6.287.573	(6.688.762)	1.258.683	5.720.598	8.300.648
Não circulante:						
	Saldo anterior 31/12/2024	Adoções	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Transferências circulante	Saldo atual 31/12/2025
Bens direito de uso (Imóveis)	2.870.928	8.383.431	-	-	(5.720.598)	5.533.761
Total	2.870.928	8.383.431	-	-	(5.720.598)	5.533.761
ARRENDAMENTO TOTAL	4.593.484	14.671.004	(6.688.762)	1.258.683	-	13.834.409

Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2), passaram a ser registrados como Ativos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. A taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 0,83% a.m.

29 Obrigações sociais

	2025	2024
Salários a pagar	2.243.228	1.840.140
FGTS sobre Salários	309.569	242.979
INSS sobre Salários	1.142.230	880.193
Obrigações Trabalhistas	125.882	12.088
Total de Obrigações Sociais	3.820.909	2.975.400

30 Provisões de férias

	2025	2024
Provisão de Férias e Encargos	4.421.442	3.933.544
Total de Provisões de Férias	4.421.442	3.933.544

31 Obrigações tributárias

	Reapresentado	
	2025	2024
CIRCULANTE		
ICMS	286.050	239.971
IRPJ	24.413.814	11.450.091
CSLL	9.457.430	4.148.091
IRRF	679.641	513.697
PIS a Recolher	1.052.875	
COFINS a Recolher	5.200.514	
FUNRURAL	544.782	485.515
Retenções	5.503	8.371
Outras	8.026	11.653
Parcelamentos [a]	869.072	801.101
Total Circulante	42.517.707	17.658.490
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento RFB-IRPJ e CSLL [a]	2.447.302	3.020.945
Parcelamento Pis/Cofins Lei 11.941/2009	120.602	147.224
Total Não Circulante	2.567.904	3.168.169
Total de Obrigações Tributárias	45.085.611	20.826.659

(a) Na rubrica “Parcelamentos” estão computados os valores de tributos federais objeto do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto à Receita Federal e à Procuradoria da Fazenda Nacional, através do Programa de Regularização Tributária Rural (PERT), nos termos da MP nº 793/2017, considerando os descontos advindos pela adesão a estes Programas.

32 Outras obrigações

	2025	2024
CIRCULANTE		
Cheques a Compensar	85.667	118.172
Fretes a Pagar	124.657	94.978
Energia Elétrica	149.078	79.948
Aluguel	754.003	164.185
Créditos de Clientes	237.552	117.420
Indenizações de Representantes a Pagar	474.891	-
Comissões a Pagar	544.475	475.958
Outras	1.260	755
Total Circulante	2.371.583	1.051.416
NÃO CIRCULANTE		
Indenizações de Representantes a Pagar	2.149.657	2.340.940
Total Não Circulante	2.149.657	2.340.940
Total de Outras Obrigações	4.521.240	3.392.356

33 Imposto de renda e contribuição social

||
||
||

36 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita Bruta		
Estadual	981.362.126	793.447.648
Interestadual	45.383.364	30.565.666
Total da Receita Bruta	1.026.745.490	824.013.314
Deduções		
Devoluções	(23.140.671)	(20.906.520)
Descontos Comerciais	(4.459.315)	(3.295.841)
Quebra de Pesto	(141.904)	(85.931)
Bonificações	(289.965)	(225.771)
Impostos Sobre Vendas	(108.766.014)	(87.318.508)
Total das Deduções	(136.797.870)	(111.832.571)
Receita Líquida de Vendas	889.947.620	712.180.743

37 Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(236.237)	(250.611)
IOF	(122.989)	(108.209)
Juros Pagos	(3.598.065)	(2.463.105)
Comissões sobre Cartão de Crédito	(28.870)	(18.681)
(-) Recup. Desp. Financeiras	15.500	30.199
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.258.683)	(534.951)
Total das Despesas Financeiras	(5.229.344)	(3.345.358)
Juros sobre capital próprio	(3.369.871)	(1.535.836)
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	11.284.951	9.421.800
Descontos auferidos	32.484	15.782
Encargos de Recebimentos em Atraso	393.759	274.619
PIS/COFINS Receitas Financeiras	(560.583)	(453.694)
Variação monetária ativa	187.281	16.837
Total das Receitas Financeiras	11.337.892	9.275.344
Resultado Financeiro Líquido	2.738.677	4.394.150

38 Outras receitas e despesas

	2025	2024
Outras Receitas		
Receitas de Aluguel	99.589	60.692
Receita na Venda de Ativo Imobilizado	816.684	201.932
Receitas com Prestações de Serviços	17.640	14.840
Ganhos de Processos Judiciais	-	39.309
Outras Receitas Operacionais	147.458	353.921
Receitas de Juros sobre o Capital Próprio	78.993	-
Resultados Positivos em Participações Societárias	431.660	-
(-) Impostos s/outras receitas	(353)	(751)
Total de Outras Receitas	1.591.671	669.943
Outras Despesas		
Multas de Trânsito	(31.340)	(13.087)
Multa sobre Parcelamento RFB	(2.857.536)	(6.824.344)
Doações	(26.292)	(29.617)
Indenizações e Ressarcimentos	(231.759)	(72.514)
Total de Outras Despesas	(3.146.927)	(6.939.562)
Total Outras Receitas e Despesas	(1.555.256)	(6.269.619)

39 Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40 Subvenção para investimentos – Crédito presumido de ICMS

Com a finalidade de fomentar os produtores pecuários de Santa Catarina à criação e ao desenvolvimento de bois e búfalos que possam ser abatidos precocemente, a Lei nº 9.183/1993 instituiu o Programa de Apoio à Criação de Gado para Abate Precoce, operacionalizado pela Portaria da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR) nº 9/2016.

A lei estabeleceu, no seu art. 6º, um incentivo financeiro ao criador cadastrado, regulamentado pelo inc. I do art. 16 do Anexo 2 do RICMS/SC, tendo por base a aplicação de crédito presumido ao estabelecimento abatedor de 3,5 % se novilho super precoce, ou de 2,8 % se novilho precoce.

Tal montante deverá ser repassado pelo abatedouro frigorífico ao produtor rural, juntamente com o pagamento do preço do animal.

O inciso II do art. 16 do Anexo 2 do RICMS/SC confere crédito presumido, de 10,5%, ao estabelecimento abatedor, na saída de carnes e de miudezas comestíveis frescas, resfriadas ou congeladas de bovino ou bubalino, desde que adquiridos de produtores catarinenses.

E no § 12 do art. 16 do Anexo 2 do RICMS/SC afirma que, nas saídas internas, o percentual de crédito presumido previsto no inc. II do caput do artigo será de 12%, quando não houver a percepção simultânea dos benefícios supracitados.

Durante o ano de 2025 foram apurados créditos presumidos no valor de R\$ 78.779.693, sendo que a partir do exercício de 2024 esta receita passou a ser base de cálculo do PIS e COFINS (2024 - R\$ 60.162.439).

Blumenau (SC), 17 de abril de 2026.

ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC-SC Nº 001.059/O-7

Eduardo Zierhold

Contador CRC Nº SC-024.001/O-0



JORNAL DO
COMÉRCIO

CNPJ 33.072.996/0001-08

Esta publicação foi realizada e
certificada no dia 29 de abril de 2026

Essa publicação está disponível no
site do Jornal do Comércio pelo link
jornaljc.com.br/publicacoes-legais

CULTURA.

Artista busca apoio para revitalização do “Painel Super Mario Bros”, em Balneário Piçarras

O artista responsável pelo conhecido mural “Mundo de Mario Bros”, localizado na Avenida Manoel Pinto, em Balneário Piçarras, anunciou a revitalização da obra por meio de financiamento coletivo. A pintura, criada em 2018, já apresenta desgaste natural causado pela ação do tempo e deve passar por um processo de restauração e ampliação.

A intervenção artística foi realizada originalmente pelo

artista Junior Jotta Erry, natural de São Paulo, que assinou a obra em sua estreia no município. O mural, que se tornou um dos pontos mais reconhecidos da paisagem urbana local, retrata personagens do universo do clássico jogo Super Mario Bros e busca resgatar a nostalgia dos anos 90.

Segundo o artista, este é o momento ideal para recuperar a obra e, ao mesmo tempo, expandi-la. “Agora é uma boa

hora para restaurar a pintura e reviver toda a alegria que esse trabalho proporciona e representa”, afirmou. A proposta inclui não apenas a recuperação das áreas desgastadas, mas também a inserção de novos elementos do universo do game, ampliando o painel original.

Para viabilizar a execução, está sendo mobilizada uma campanha de apoio coletivo para aquisição de materiais, como tintas acrílicas e esmal-

tes em diferentes cores, diluentes e kits de pintura. Toda a produção será registrada em vídeo, com posterior divulgação nas redes sociais, incluindo os créditos dos apoiadores e possíveis marcas parceiras.

Interessados em contribuir ou patrocinar a iniciativa podem entrar em contato diretamente pelos números: (47) 99618-0439 ou (11) 98610-8068.

O artista também destaca a importância do projeto para

a cidade, reforçando o caráter afetivo da obra. “A ideia sempre foi que as pessoas se reconhecessem ali, porque o jogo faz parte da memória de várias gerações”, destacou.

O mural, além de intervenção artística urbana, tornou-se um dos pontos de referência cultural de Balneário Piçarras desde sua criação, contribuindo para a valorização do espaço público e da arte urbana no município.

GASTRONOMIA.

Abertas as inscrições para o 7ª edição do Festival Um Mar de Sabores

A Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Balneário Piçarras, com apoio técnico do Sebrae/SC, abriu o período de inscrições para empresas do setor de alimentação e bebidas interessadas em participar da 7ª edição do Festival Um Mar de Sabores, com o tema “História dos Oceanos”.

Restaurantes à la carte, cafeterias e confeitarias, hambur-

guerias e lancherias, pizzarias, petiscarias, bares e similares, entre outros estabelecimentos do setor gastronômicos legalmente constituídos no município podem se inscrever até 5 de maio, por meio do formulário online de adesão no link: <https://forms.gle/diEeCkFZR-MRiUf5X9>.

Após o encerramento das inscrições, os estabelecimentos selecionados passarão por

uma série de capacitações e consultorias, com o objetivo de desenvolver pratos inéditos a partir de ingredientes locais e regionais, além de utilizar técnicas culinárias que representam a história de Balneário Piçarras. As criações comporão o cardápio oficial do festival, que será oferecido ao público de 2 a 30 de setembro diretamente nos restaurantes participantes.

Para a Secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Flávia Coradini, o festival é uma ação estratégica de valorização da identidade local. “Queremos estimular o setor a criar, inovar e, principalmente, valorizar os sabores e produtos da nossa terra. O festival é um convite para que moradores e turistas conheçam a riqueza que temos à mesa – e os empreendedores ganham

visibilidade, capacitação e protagonismo nesse processo”, destaca.

A 7ª edição do Festival Um Mar de Sabores mantém a proposta de aproximar o público das tradições, ingredientes e talentos da gastronomia de Balneário Piçarras, consolidando-se como um evento que une cultura, sabor e desenvolvimento.